Outras cidades

Na situação de Igrejinha, a Promotoria informa que não identificou prejuízos ao meio ambiente e aos serviços ecossistêmicos provocados pela Lei Municipal 5.604/2023. "Não houve ajuizamento de ação civil pública no caso", informa a nota. Em Ivoti, a prefeitura foi procurada para explicar a lei que alterou as APPs, mas não enviou informações.

Já em Sapucaia do Sul, onde foi aprovada a Lei Municipal nº 4.267/2022 para novos limites das APPS, o município informa que ainda não elaborou o Diagnóstico Socioambiental (DSA) necessário para subsidiar a definição de novos parâmetros de APPs em área urbana. Diante disso, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente não vem aplicando os parâmetros da norma. Frisa ainda que reconhece a importância do DSA.

Atuação nacional

Segundo a coordenadora do Caoma, Ana Maria Moreira Marchesan, a atuação do MP integra uma estratégia nacional definida pelo Grupo Nacional de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (GNMAC), órgão temático vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), coordenado pelo procurador-geral de Justiça do Estado, Alexandre Saltz.

Em Santa Catarina, por exemplo, mais de 70% das cidades aprovaram normas próprias para delimitar APPs em áreas urbanas consolidadas, ou seja, mais 200 dos 295 municípios do estado. Lá, ao menos 97 procedimentos já haviam sido instaurados para apurar a legalidade e buscar soluções judicial ou extrajudicial.

Sobre a motivação que leva as prefeituras a reduzirem as áreas de proteção, Ana comenta que há casos que beiram a improbidade administrativa, pois é detectado "certo favorecimento a um empresário, a uma empresa, a um grupo econômico". Além disso, há questões que envolvem aumento de arrecadação de IPTU, privilegiando espaços no entorno dos mananciais. Ela pondera que as cidades tendem a crescer em volta dos rios, só que essas áreas de preservação permanente exercem funções ambientais, paisagísticas, geológicas e geoquímicas. "São berço de preservação da fauna, da flora, muitas vezes ameaçadas de extinção e envolvem a questão da prevenção dos riscos de inundações, estabilização de taludes, de uma série de questões", alerta.

SOS Mata Atlântica aponta riscos da flexibilização

A flexibilização das APPs urbanas por legislações municipais amplia a exposição das cidades a enchentes, deslizamentos e perda de recursos hídricos. A avaliação é da diretora de Políticas Públicas da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro.


Malu Ribeiro

A entidade lembra que a Constituição Federal reconhece a Mata Atlântica como patrimônio nacional no artigo 225, com regramento pela Lei n.º 11.428/2006, uma lei maior que o Código Florestal que está em discussão no STF. "Sendo a Mata Atlântica um patrimônio nacional, um bem de todo o povo brasileiro, a regulação do uso desse patrimônio não está ligada aos municípios. E aí que começa o conflito", pontua Malu, destacando que a mesma lógica vale para o uso das águas, que tem regulação pelos estados e a União.

"Então, se você delegar ao município a definição da proteção da faixa de preservação permanente, que é essa área de margem de beira de rios, córregos e arroios, você vai ter uma diferença de um lado para o outro do rio", avalia. "Essas áreas, ao mesmo tempo que são de risco, são extremamente ricas pro ecossistema, pra qualidade de vida", complementa.

Malu lembra que a vegetação nativa nas margens dos cursos d'água desempenha três funções principais. A estabilidade do solo, com redução do risco de erosão, deslizamentos e desmoronamentos de edificações; proteção hídrica, que filtra sedimentos e evita o assoreamento e a poluição de arroios e rios; e a absorção de água, atuando como esponja natural, retendo parte do volume das chuvas e amenizando enxurradas. "Se você tira essa cobertura e ocupa com outra coisa, com asfalto, com uma monocultura expressiva ou com casas, você perdeu essa função de esponja que a floresta e a mata nativa faziam. E perdeu também a capacidade de segurar o solo, que é arrastado com toda a poluição da área urbana para dentro do rio e vai assoreando esse manancial", comenta.

"Vai potencializar essas tragédias anunciadas"

Para Malu, diante da recorrência de eventos climáticos extremos no Rio Grande do Sul, a gestão pública deve priorizar a desocupação de áreas de risco e a criação de parques lineares, em vez de regularizar ocupações em faixas alagáveis e encostas. "Então, a gente precisa aprender a redesenhar as nossas cidades para que possam ter segurança e resiliência climática", defende.

Em relação à ADI 7146, desde o dia 23 de junho o processo está parado, aguardando a apreciação do relator, ministro André Mendonça. De acordo com ela, por conta de todo o cenário enfrentado, o momento agora deveria ser de mais restrição na legislação para proteger o meio ambiente. "O que vai acontecer é que a gente vai potencializar essas tragédias anunciadas. Agora é o momento de usar a natureza a nosso favor, não continuar sendo contra a natureza", conclui.

Prefeitura inicia vala de drenagem para reduzir alagamentos

Com 580 metros de extensão, estrutura deve melhorar o escoamento no bairro Canudos

Geison Concencia
geison.concencia@gruposinos.com.br

GEISON CONCENCIA/GES-ESPECIAL


Novo canal ficará paralelo à Avenida dos Municípios

Novo Hamburgo– A Prefeitura de Novo Hamburgo iniciou a construção de uma vala de drenagem de 580 metros no bairro Canudos. A estrutura ficará paralela à Avenida dos Municípios, entre a via e o Rio dos Sinos, e deve ampliar a vazão da água da chuva em pontos baixos da região. Entre as ruas que podem ser beneficiadas está a Bruno Werner Storck, que enfrenta alagamentos recorrentes.

O projeto prevê uma vala com 4,5 metros de largura e 1,5 metro de profundidade. O traçado começa nas proximidades do futuro Residencial Morada do Sol e segue até o Arroio Pampa. Também devem ser beneficiadas as ruas Jumbo, Teco Teco, Alcântara e vias perpendiculares na Vila Getúlio Vargas.

A empresa responsável apresentou proposta de cerca de R$ 195 mil, abaixo da estimativa inicial de R$ 300 mil. O prazo previsto para a execução é de 60 dias a partir da ordem de serviço. Antes da escavação, estão previstos serviços de limpeza, regularização do terreno e abertura de acessos. A entrada das máquinas também depende das condições do Rio dos Sinos. A obra inclui o plantio e o monitoramento de 500 mudas de espécies nativas, como medidas de compensação ambiental.

Problema antigo

A intervenção ocorre em uma região que convive com alagamentos há anos. Em dezembro de 2022, uma chuva de aproximadamente 70 milímetros em uma hora fez o Arroio Pampa transbordar nas proximidades da Avenida Alcântara. Na Rua Bruno Werner Storck, a água deixou alguns trechos intransitáveis e chegou aos joelhos de quem tentava atravessar.

Em setembro de 2023, a água voltou a bloquear a rua diante das casas e avançou por pelo menos 100 metros. Moradores relataram que o alagamento vinha pelas tubulações da rede. Com a via tomada, veículos não conseguiam passar.

A situação se agravou durante a enchente de maio de 2024. Na Bruno Werner Storck, a água ocupou as ruas. Carros e e moradias foram destruídos pela enchente, com prejuízos significativos.

abc+
Leia mais notícias sobre Novo Hamburgo em abcmais.com.br/nh

Problemas persistem nas ruas da região

Em fevereiro de 2026, novamente, trechos do bairro Canudos próximo a Avenida dos Municípios volta a registrar acumulo de água após cerca de 110 milímetros de chuva em dois dias. Na ocasião, a Defesa Civil apontou que uma bacia de amortecimento próxima, a limpeza da canalização e o desassoreamento de arroios poderiam ajudar a escoar a água.

Dez dias depois, em 31 de julho, a rua voltou a acumular água durante a elevação do Rio dos Sinos. O nível chegou a 7,32 metros, 52 centímetros acima da cota de inundação.

RS tem saldo positivo na balança comercial

O saldo da balança comercial do Rio Grande do Sul, resultado da diferença entre o valor das exportações e importações, fechou em US$ 11,3 bilhões no acumulado dos últimos 12 meses, entre novembro de 2025 e outubro deste ano. Esse é o melhor resultado desde fevereiro de 2026, mês em que o Boletim Econômico-Tributário do Comércio Exterior começou a ser divulgado.

As vendas para exterior somaram US$ 25 bilhões, aumento de 8,3%. Já as importações caíram 3,5%, ficando em US$ 13,6 bilhões.

A alta das exportações foi impulsionada pelas empresas do regime geral, que registraram aumento de 7%.